

Você tem medo de quê? A pedagogização midiática do risco

Daniela Ripoll

O programa Fantástico da Rede Globo de Televisão e o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) possuem, há 13 anos, uma parceria para a divulgação de resultados relativos à testagem de produtos e serviços diversos, num segmento chamado “Atenção, consumidor!”. Uma dessas reportagens do Fantástico levou o Inmetro “para o arraial” – isto é, para verificar a qualidade dos alimentos mais tradicionalmente comercializados e utilizados no preparo de iguarias nas festas juninas (amendoim, fubá de milho e leite de coco). Um dos riscos era o da contaminação do amendoim pela aflatoxina, que “pode provocar lesões graves no fígado como cirrose e até câncer”. Ainda segundo a reportagem – que traz o depoimento de um engenheiro do referido instituto –, “os fabricantes têm hoje um programa de qualidade que garante a segurança alimentar do amendoim. É uma boa notícia para os consumidores”. Este é um exemplo prosaico de que o risco nos dias atuais tornou-se uma preocupação de todos e de cada um, não mais apenas restrito ao terreno dos poucos investidores das bolsas de valores ou aos casos isolados de indivíduos extraordinariamente aventureiros: o risco tornou-se banal, normal e vulgar – a começar pelo amendoim que você come...

O termo risco – tão comum aos nossos olhos, ouvidos, almas e mentes na contemporaneidade – tem uma longa história no que diz respeito a usos e mudanças de significado. Hoje associado fortemente à noção de que tanto o mundo social quanto o mundo natural “seguem leis que podem ser mensuradas, calculadas e, por conseguinte, previstas”, de acordo com a socióloga Deborah Lupton, é importante ressaltar que os primeiros significados atribuídos ao termo excluía a idéia de culpa e de responsabilidade humanas, pois estavam associados ao início das grandes navegações na alta Idade Média e aos perigos que poderiam comprometer as viagens (um ato ou vontade de Deus, uma tempestade ou outro perigo qualquer do mar).

O sociólogo alemão Niklas Luhmann conta que as antigas civilizações não necessitaram da palavra risco tal como a entendemos hoje, mas “elaboraram determinados mecanismos culturais que dotavam de certeza a existência futura”. Nesse sentido, confiava-se grandemente na prática da adivinhação, embora esta não garantisse uma segurança plena com relação aos acontecimentos vindouros. Mas ela permitia que a própria decisão não desencadeasse a ira dos deuses ou de outras forças, e garantia o contato com os misteriosos desígnios do destino. Em muitos aspectos, o complexo semântico do pecado (conduta que viola os ordenamentos religiosos) ofereceria um equivalente funcional, já que poderia servir para explicar o surgimento da desgraça.

Embora alguns sociólogos atribuam a origem etimológica do termo risco à palavra renascentista italiana para “desafiar”, *risicare*, outros afirmam desconhecer-lá por completo. Na Europa há, desde o início da Modernidade, uma larga utilização da palavra risco relacionada ao comércio e às grandes navegações, sendo que os seguros marítimos (efetuados quando conversas informais com viajantes estrangeiros sinalizassem a necessidade) foram os primeiros exemplos de planificação do controle dos riscos.

As incorporações e expansões da noção de risco – em virtude das mudanças significativas ocorridas no Ocidente durante os séculos XVIII e XIX e da ascensão da racionalidade científica – são estudadas por Deborah Lupton no livro *Risk* (1999). Segundo ela, a idéia do risco surgiu “como um meio de se calcular a norma e de se identificar os desvios da norma”, promovendo a incorporação da crença de que “a enumeração e o ordenamento racional poderia fazer com que a desordem fosse controlada”. A autora afirma que o conceito de risco começou a ser construído cientificamente no século XVIII, principalmente através da matemática, da probabilidade e da estatística, e que, no século XIX, ele passou “a não estar/ser localizado exclusivamente na natureza, mas também nos seres humanos, em suas condutas, em suas liberdades, nas relações entre eles, em suas associações e na sociedade.” A idéia de risco passou a substituir as noções de “incerteza”, “indeterminação” e “destino”, através da possibilidade do cálculo matemático. Assim, determinados fatores que afetavam apenas um indivíduo foram se tornando “riscos” – mais amplos

(envolvendo determinados grupos ou populações), sistematicamente causados, estatística e objetivamente descritos e, nesse sentido, eventos previsíveis, mensuráveis e controláveis. Lupton acredita que essa concepção de risco representa uma nova maneira de ver o mundo e suas “manifestações caóticas”, bem como suas contingências e incertezas – porque “assume-se que resultados ou desfechos inesperados podem ser consequências da ação humana”.

Até o início do século XIX existiam riscos “bons” e “ruins”, principalmente associados ao campo atuarial. A noção de risco, tal como desenvolvida na área dos seguros, estava associada, por um lado, à idéia de “acaso” ou de “probabilidade” e, por outro lado, à idéia de “perda”, “dano” e “reparação” – isto é, ao contratar um seguro contra acidentes pessoais, pode-se ganhar alguma coisa caso o acidente se concretize, havendo, nessa perspectiva, “perdas” e “ganhos” associados. Mas o psicólogo da Universidade de Stanford Amos Tversky – que estudou a cognição humana associada ao risco – chegou à conclusão de que, na vida cotidiana (e na matemática diária do medo), as pessoas estão mais preocupadas com as perdas do que com os ganhos quando correm riscos nas suas carreiras ou nos seus casamentos, bem como nas mesas de jogo... Assim, para ele, as pessoas, de modo geral, concentram-se, emocionalmente, nas perdas (isto é, são muito mais sensíveis às perdas), sendo que os cálculos matemáticos e outras racionalizações não conseguiriam destronar os aspectos psicológicos envolvidos na análise de um risco. Se uma mãe teve um filho doente e tem um risco de recorrência de 25% em uma nova gravidez, ela pode achar “muito” ou “pouco”, dependendo do seu desejo de engravidar novamente (e de ser mãe de um filho saudável) bem como de uma série de outros fatores (sociais, culturais, familiares, econômicos, etc).

Uma epidemia de riscos

De acordo com Lupton, nas sociedades ocidentais contemporâneas, o substantivo “risco” e o adjetivo “arriscado” tornaram-se comuns tanto no discurso popular (na mídia, nas conversas diárias entre as pessoas) quanto no discurso dos especialistas – e um exemplo dessa verdadeira “epidemia” dos riscos nos periódicos médicos pode ser encontrado no trabalho do sociólogo John-Arne Skolbekken. O referido pesquisador realizou uma análise das bases de dados do Medline, mostrando “um rápido aumento no número de artigos com o termo ‘risco(s)’, tanto no título dos mesmos quanto nos resumos, no período entre 1967 e 1991”. Essa tendência pode ser encontrada tanto em periódicos médicos que cobrem a medicina de uma maneira mais ampla quanto naqueles periódicos envolvidos com as questões da obstetrícia e da ginecologia, mas o maior e mais rápido aumento pode ser verificado nos periódicos da área da epidemiologia. A hipótese levantada por Skolbekken, em 1995, é de que tal tendência é um resultado dos avanços da ciência e da tecnologia que têm modificado nossos entendimentos e crenças sobre o locus do controle – de fatores fora do alcance humano para fatores que estariam (supostamente) dentro do nosso controle.

Do final dos anos 1960 até o final dos anos 1980, Dorothy Nelkin – pesquisadora comumente vinculada aos estudos de ciência e tecnologia – refere que as preocupações dos públicos acerca dos riscos das tecnologias foram ostensivamente expressas através de uma intensa cobertura da mídia norte-americana. Àquela ocasião, segundo ela, todos os dias os cidadãos norte-americanos eram “bombardeados com avisos sobre os ‘perigos/inimigos invisíveis’ – a radiação, a dioxina, o freon, e mais uma série de outras substâncias e aditivos químicos”. De acordo com ela, não existiria quem não se preocupasse com tais perigos presentes em toda parte (“em nossos locais de trabalho, em nossas casas e em toda comida que comemos”) e, nesse contexto de medo generalizado, o campo da avaliação de riscos tornou-se uma verdadeira indústria (pelo menos, nos Estados Unidos), envolvendo um processo complexo e bastante controverso de avaliação dos perigos das tecnologias, de comunicação de informações sobre riscos em potencial e de desenvolvimento de aspectos regulatórios apropriados.

Para Nelkin, tanto fabricantes (preocupados com a regulação de suas práticas e com o mercado de seus produtos) quanto consumidores (preocupados com os efeitos de potenciais perigos à sua saúde) tinham interesse em definir os riscos e os benefícios das novas tecnologias ou produtos de consumo; além deles, vários outros grupos – cientistas, profissionais da saúde pública, ativistas ambientais, advogados, administradores e jornalistas – queriam comunicar tais riscos ao público em geral para tentar mudar os comportamentos das pessoas, para ensinar um jeito de melhor lidar com algumas emergências, para tentar resolver disputas diversas ou para convencer os públicos sobre a adoção de determinadas políticas e medidas.

A comunicação dos riscos pela mídia envolve o que se chama hoje de flexibilidade interpretativa, intrínseca à percepção do risco (se o risco é entendido como uma construção social e cultural, a avaliação do mesmo por parte dos sujeitos também o é). Assim, o que parece uma conduta arriscada para alguns sujeitos (por exemplo, não usar preservativo em todas as relações sexuais) pode não o ser para outros. Além disso, há

muito mais na comunicação do risco que, mera e simplesmente, a exposição/divulgação de informações técnicas – ou seja, há respostas concretas dos públicos perante a informação/menção ao risco e que vão muito além do simples “entendimento técnico”. O exemplo que abre o presente trabalho é bastante esclarecedor nesse sentido, já que o Inmetro e o programa Fantástico desejam conscientizar os públicos sobre os perigos que podem estar escondidos em um brinquedo fabricado na China ou no pé-de-moleque do arraial de São João (e, ao fazerem isso, também tentam mudar hábitos e desmotivar o consumo e a venda de determinados produtos). O que é definido como “risco” (para a saúde coletiva, para a indústria nacional, etc) expressa as disputas inerentes a determinados segmentos sociais e contextos culturais, e essas disputas, freqüentemente, viram o foco das atenções quando se trata da área da comunicação e da mídia¹.

Você tem medo de quê? Aprendendo a (con)viver com os riscos

Os autores Alan Petersen e Deborah Lupton apontam, no livro *The new public health. Health and self in the age of risk* (1996), que, a partir da metade dos anos 1970, houve um deslocamento das preocupações (tanto midiáticas quanto acadêmicas) anteriormente centradas no “risco das novas tecnologias” para uma proliferação de novos conhecimentos, práticas e atividades focalizadas, principalmente, no status de saúde das populações – como os grupos humanos comem, se exercitam, fazem sexo, etc. – e houve, também, uma nova consciência do risco como resultado da atividade humana. Os autores identificaram seis grandes categorias discursivas de risco que parecem predominar atualmente nas preocupações dos indivíduos e instituições nas sociedades ocidentais: a) os riscos ambientais (aqueles causados pela poluição, radiação, substâncias tóxicas, produtos químicos, enchentes, incêndios, etc); b) os riscos ligados ao estilo de vida (aqueles relacionados ao consumo de bens e serviços, ingestão de alimentos e drogas, participação em atividades sexuais, relacionados ao stress, etc); c) os riscos médicos (ligados aos cuidados ou tratamentos médicos, como terapias medicamentosas, cirurgias, nascimentos, tecnologias reprodutivas, testes diagnósticos, etc); d) os riscos interpessoais (nos relacionamentos íntimos, nas interações sociais, no amor, nas amizades, nos casamentos, etc); e) os riscos econômicos (implicados no desemprego e no subemprego, empréstimos, investimentos, falências, etc); f) e riscos criminais (que emergem da participação dos indivíduos em atividades ilegais – ativamente ou, ainda, na posição de vítima).

Prestar atenção a esses riscos ou, ainda, ter conhecimento deles e de muitos outros, contribui na formação de nossas subjetividades – como nós vivemos as nossas vidas diárias e cotidianas, como distinguimos nós mesmos e os grupos dos quais somos membros daqueles outros indivíduos e grupos, como nós percebemos e experimentamos os nossos corpos e os nossos desejos, como nós gastamos o nosso dinheiro e onde nós escolhemos viver e trabalhar, etc. Esse “prestar atenção” aos riscos (ou não, eventualmente...) constrói parte de nossos entendimentos acerca de nós mesmos e do mundo ao nosso redor: as sociedades – e, no interior dessas, as instituições, os grupos e os indivíduos – precisam/necessitam desse processo seletivo para que possam funcionar. A seleção do risco, bem como as atividades associadas ao manejo do risco, são centrais ao ordenamento social e cultural.

Mas há, também, uma série de paradoxos envolvendo a estimativa da magnitude de diferentes riscos e a percepção (e aceitação ou não) subjetiva desses riscos. Segundo Skolbekken, as expectativas de vida ao nascer nunca foram tão grandes na Europa e na América do Norte quanto hoje e, apesar disso, nunca houve tanta gente ocupada com a identificação dos riscos à saúde de norte-americanos e europeus, regularmente informando “as ameaças da vida cotidiana” através de numerosos estudos epidemiológicos, farta e amplamente divulgados através dos meios de comunicação (e se pensarmos em termos de Brasil, veremos que algo bastante semelhante ocorre – nunca vivemos tanto quanto hoje, mas somos informados sem cessar sobre os perigos da má alimentação, do sexo casual, da radiação solar e por aí fora). Além disso, a América do Norte e a Europa nunca tiveram uma tecnologia médica tão segura e tão boa quanto hoje, e nunca houve tanta ênfase (tanto por parte da mídia local quanto da própria academia) nos perigos e nos riscos dos erros médicos e da má prática médica quanto nos dias atuais. Outro paradoxo que Skolbekken menciona diz respeito à área da obstetrícia – nos Estados Unidos, adota-se a chamada *worst case-strategy*, na qual todos os pacientes são tratados como pacientes de alto risco, enquanto que na Holanda acontece o extremo oposto do “pêndulo do risco”, com parteiras assistindo os nascimentos nas casas, como regra geral.

Os especialistas – chamados a falar em congressos científicos, em reportagens de jornais e revistas, etc – são centrais à constituição do sujeito “empresário de si” (aquele atento até mesmo para o amendoim que consome...); além disso, são os especialistas que fornecem as normas, as diretrizes e as recomendações pelas quais as populações são vigiadas, comparadas às normas, treinadas para se conformarem a essas normas e tornadas (mais) produtivas. O risco, nessa lógica, pode ser entendido como tecnologia moral e estratégia de governo pela qual as populações e os sujeitos são monitorados e manejados. A mídia é uma parte central da

engrenagem de controle social através do medo e do risco, cotidianamente nos ensinando quais situações/práticas/pessoas/coisas devemos temer, quais riscos podem (e devem) ser evitados, o que devemos fazer para minimizá-los, em quais instituições (e especialistas) devemos confiar, etc.

Daniela Ripoll é bióloga e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil

Para saber mais

LUPTON, Deborah. Risk. London / New York: Routledge, 1999.

NELKIN, Dorothy. Selling Science: How the press covers science and technology. New York: W.H. Freeman and Company, 1995.

PETERSEN, Alan & LUPTON, Deborah. The new public health. Health and self in the age of risk. London: Sage Publications, 1996.

Nota

1 Nelkin aprofundou o tema alguns anos mais tarde, em Selling science: how the press covers science and technology (1995), principalmente no interessante capítulo 4 – The perils of progress. É nesse capítulo que a autora se vale da cobertura jornalística acerca de três “controvérsias científicas” – a “controvérsia do ozônio”, a “disputa do adoçante” e o “debate da dioxina” – para discutir a construção jornalística dos riscos associados a elas, bem como a construção e a manutenção da própria atividade científica e dos cientistas como detendo a solução para todos os riscos, males e incertezas que afligiriam a humanidade.